

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa;
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lelio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 287.72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.925-71, de 12 de abril de 1.971, deste Poder,

R E S O L V E :

I — Revogar o Decreto Legislativo n.º 393.71, de 21 de julho de 1971;
II — conceder, com base no disposto pelo Art. 138, inciso I, combinado com os Arts. 224 e 139, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, aposentadoria a Vicentina Marafio dos Santos, ocupante do cargo de nível "FL-14" da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, fixando seus proventos de inatividade em Cr\$ 5.520,96 (Cinco mil, quinhentos e vinte cruzeiros e noventa e seis centavos), anuais e integrais, inclusive acréscimos trienais de dez por cento (10%) e acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de junho de 1972.

Wilson Fortes — Presidente

Ivo Tomazoni — 1.º Secretário

Quielse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 78.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 15 de Junho de 1972 - (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Leopoldo Jacomet.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho e Nivaldo Krüger. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 115.72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 304-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 45.70 que visa abrir crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, destinado ao atendimento de despesas com execução da Lei n.º 6.034, de 6-11-69. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, di 19, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 98.71.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 79.ª Sessão Ordinária

Realizada em 15 de Junho de 1972 - (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Leopoldo Jacomet.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho e Nivaldo Krüger (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

De autoria do senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando regime de urgência para o Projeto n.º 83-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer se faça a consignação em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre homem de rádio e imprensa Eolo Cesar de Oliveira.

Emprestando o melhor de seu talento ao jornal "Gazeta do Povo" e à "Rádio Clube Paranaense", Eolo Cesar de Oliveira, desde o longínquo ano de 1928 esteve ligado a estes meios de comunicação, assinando crônicas diárias, editoriais e respondendo pela direção de bons programas irradiados pela mais antiga emissora de rádio de nosso Estado.

Pede ainda que, uma vez aprovado pelo Plenário o voto requerido, se dê ciência da decisão da Casa à família do saudoso desaparecido e bem assim ao Jornal e Rádio a que pertencia.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Arthur de Souza

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após, ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje de voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Eolo Cesar de Oliveira, integrante do quadro de redatores do jornal "Gazeta do Povo", desta Capital.

Eolo Cesar de Oliveira foi admitido na Gazeta do Povo em 1928, sendo o precursor da crônica social do Estado. Pessoa das mais relacionadas em Curitiba, Eolo era também um dos mais antigos funcionários do Clube Curitibano, onde ingressou em 1925 e onde exerceu por mais de 30 anos, o cargo de Secretário Executivo. Foi também, um dos fundadores do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, ao qual deixou uma imensa bagagem de serviços.

Eolo Cesar de Oliveira havia sido agraciado recentemente com o título de Cidadão Honorário de Curitiba, honraria que não chegou a receber, apenas por ter marcado a data para recebimento do diploma. Era, ainda, um dos mais antigos funcionários da Rádio Clube Paranaense, onde durante muitos anos suas crônicas foram ao ar. Eolo Cesar de Oliveira deixou, com a sua morte, um vazio na imprensa paranaense, à qual, por quase meio século, contribuiu com a sua cultura.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo sentido falecimento, nesta Capital, do veterano, benquisto e qualificado jornalista Eolo Cesar de Oliveira, o qual revelou alto senso analista em seus trabalhos, quem em colunas do conceituado matutino a Gazeta do Povo, quer em crônicas bem lançadas na PRB-2, Rádio Clube Paranaense.

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada, bem como a aqueles dois acreditados veículos de difusão de nossa Capital.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1.972.

(a) Wilson Brandão

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de louvor pelo transcurso dos 21 anos de fundação da Escola de Oficiais Especializados e de Infantaria de Guarda de Curitiba.

A Escola de Oficiais Especializados e de Guarda, de nível superior, profissional das mais antigas do sistema educacional da Força Aérea Brasileira, tem por finalidade a formação de Oficiais especializados em armamento, avião, fotografia, controle de tráfego aéreo, comunicações e meteorologia oficiais de Infantaria e de guarda e oficiais de administração. Preparar para a defesa nacional é uma função tradicional daquela Escola de Oficiais.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa dê-se conhecimento ao Comando daquela Escola de Oficiais Especializados e de Infantaria de Guarda de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao ilustre dr. Ismael Fabricio Zanardini, correto e dinâmico diretor do Hospital Adauto Botelho, voto de louvor pela sua eficiente e humana atuação à frente do destino daquela Casa de Saúde, assim como pela sua liberal e dedicada atenção às solicitações dos senhores Deputados para internamentos de alienados, para tanto superando todos e quaisquer obstáculos eventuais, invariavelmente dando provas sensibilizadoras da disposição de satisfazer a tais solicitações.

Trata-se, em verdade, de uma decisão da Casa que importa em ato da maior justiça, constituindo-se em homenagem que tão simplesmente comprova a correspondência às repetidas manifestações de franco agrado e gratidão dos senhores Deputados.

Solicita o signatário, outrossim, que desta decisão seja oferecido conhecimento aos Exmos. Senhores Secretário de Saúde e Diretor da Fundação Hospitalar do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário vem, na forma regimental, requerer seja consignado voto de aplausos ao Ilmo. Sr. Dr. Munir Saab, Diretor Presidente da Sanepar, que com zelo e dedicação dirige uma das mais importantes empresas de nosso Estado, dedicando todo o seu saber de engenheiro em hidráulica, dando a maior parte de suas energias e tempo para que o Paraná desfrute do líquido vital, com facilidade de higiene.

Este Deputado esteve pessoalmente nesta Empresa, onde pôde observar o fino trato dado a um Parlamentar e a sabedoria e a seriedade com que são equacionados todos os problemas apresentados; ali impera o diálogo

franco, a riqueza na exposição do tema, o conhecimento profundo da obra que se está realizando; tudo fica claro e a esperança em paranaenses da índole do Eng. Munir Saab se renova, abrindo novos horizontes para que acreditemos mais e mais em nossa terra e nossa gente.

Apiausos portanto, àquele que com idealismo e vontade patriótica, cumpre além do dever, dando muito de si para o engrandecimento do Paraná. Requer mais, seja dado conhecimento deste à sua Excelência o Senhor Governador do Estado e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Antônio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. A eficiência e a repercussão da promoção social organizada pelo jornalista Calil Simão, do jornal Diário Popular, congregando os mais representativos nomes das sociedades paranaense e paulistas;

2. A publicidade positiva desencadeada em função da promoção para o Paraná, inclusive incentivando a vinda ao nosso Estado de empresas de grande porte e ao mesmo tempo divulgando os nossos mais tradicionais pontos de atração turística;

3. A regularidade e a presteza com que a promoção se repete, merecendo destaque dos principais órgãos de comunicação da capital bandeirante, Requerido à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de regozijo ao jornalista Calil Simão, dando-se ciência, aprovado o presente, do inteiro teor do requerimento ao homenageado.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido ao Doutor Lineu Klüppel, atual Secretário Geral da Receita Federal, destacado órgão do Ministério da Fazenda, voto de congratulações pela honrosa e merecida investidura em tão elevado posto, justo prêmio ao seu reconhecido zelo, probidade e capacidade administrativas.

Ocupando, no governo anterior, a chefia da Secretaria da Fazenda em nosso Estado, Sua Senhoria soube, com clarividência, energia e alto senso realizador, transformar aquele setor administrativo em grande e eficiente poder de colaboração para o nosso progresso e disciplinado desenvolvimento.

A presente decisão importa, pois, em justa e oportuna homenagem a quem, pelo perfil de funcionário exemplar, veio a projetar-se e a impor-se a confiança do Governo Federal, passando a funcionar como instrumento de trabalho da maior valia para os interesses nacionais no Ministério da Fazenda. Ao mesmo tempo um preito de gratidão a quem tantos e tão relevantes serviços prestou à Secretaria da Fazenda, valendo como exemplo admirável de espírito empreendedor e devotado às melhores iniciativas de caráter público.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1972.

(a) Wilson Brandão

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja endereçado apelo ao Exmo. Sr. Secretário do Governo no sentido de determinar a restauração do mapa em relevo, existente nas dependências do Palácio Iguagu, introduzindo-lhe as modificações tendentes a atualizá-lo, em vista de seu alto valor pedagógico.

Com efeito, este valor se evidenciou durante os dias em que os restos mortais do Imperador D. Pedro I estiveram expostos à visitação pública, quando escolares da Capital e cidades satélites dedicaram especial interesse pela obra, demorando-se horas inteiras a "descobrir" aspectos de nossa geografia.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor construção de uma sala de aula em Queimado das Campinas, Município de Presidente da FUNDEPAR solicitando que S. Exa. se digne determinar a Pien.

Naquela local residem inúmeras crianças em idade escolar e o benefício pleiteado iria solucionar o grave problema de alfabetização das mesmas.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, regimentalmente, o envio de ofícios ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Senhor Diretor Presidente da FUNDEPAR, solicitando que S. Exa. se digne adotar as medidas necessárias determinando a urgente realização de reparos no Grupo Escolar Gen. Rebello, em Rio Negro.

O referido estabelecimento de ensino, atendendo atualmente a mais de 800 crianças, está a exigir uma série de reformas em suas instalações, notadamente nas paredes externas e de divisão, além de reposição de lâmpadas e renovação de pintura.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

Levando em conta os aspectos novos que resultaram da apreciação do Projeto de Lei n. 292-71, requeiro que a proposição referida seja mais uma vez submetida às Comissões de Constituições e Justiça e Terras e Colonização.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que abaixo subscrevem, na forma regimental, requerem justificativa de faltas às sessões desta Casa, nos dias 3, 6, 7, 8, 9 e 10 do mês corrente, por representarem nas datas acima a Assembléia Legislativa da I Reunião Nacional de Turismo, realizada em Brasília.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(aa) Xenofonte Villanueva e Maurício Fruet

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 83-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

O Deputado que subscreve apresenta, na forma regimental, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1.º — Os contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972, poderão requerer ao Secretário da Fazenda a anistia condicional das multas e dos acréscimos, desde que no requerimento produzam prova de haver pago a parcela relativa ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% ao mês, não capitalizável, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1.º — O prazo para prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 60 (sessenta) dias contados para data da publicação desta Lei.

§ 2.º — A anistia abrange quaisquer parcelas de multas e acréscimos componentes de créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo ajuizados para cobrança executiva ou objeto de parcelamentos.

§ 3.º — Quanto o crédito tributário esteja sendo cobrado judiciariamente deverá o requerente apresentar prova de haver pago as custas judiciais, além das importâncias a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4.º — A anistia prevista nesta lei não alcança as quantias já exigidas antes de 30 de outubro de 1969 e vinculadas a estímulo à atividade funcional de fiscalização tributária.

§ 5.º — Se o débito já estiver sendo discutidos na esfera administrativa ou se for objeto de parcelamento em curso, pedido de anistia deverá ser feito junto aos respectivos processos.

Art. 2.º — Na denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto de vendas e consignações ou do imposto sobre operações e circulação de mercadorias, devidos antes de 1.º de janeiro de 1972, é dispensado o acréscimo de 10% (dez por cento) previsto na Lei n. 5.463, de 31 de dezembro de 1966.

Parágrafo único — Só ocorrerá a dispensa do acréscimo a que alude este artigo se a denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto, for efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei.

Art. 3.º — A anistia prevista nesta lei não autoriza a restituição de multas ou acréscimo já recolhidos total ou parcialmente.

Art. 4.º — Esta Lei será regulamentada através de instrução da Secretaria da Fazenda.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Francisco Escorsin

Projeto de Lei n. 87-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Professor Alfredo Buzaid, DD, Ministro de Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil.

§ único — A outorga do Diploma alusivo ao título concedido deverá ser efetuada em sessão solene desta Assembléia Legislativa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) João C. Fadel

JUSTIFICATIVA:

Sempre defendemos que o mais elevado objeto da Revolução Democrática de 31 de março de 1964, seria a concretização da reforma moral da política e da administração pública no país. Era, a nosso entender, a reforma imediata e mais importante em termos de urgência porque ela dizia respeito à própria comunidade de nosso sistema de governo — a democracia representativa —, que entre nós vinha perdendo substância através da corrupção manifesta pela presença do dinheiro público ou particular, decidido ou influindo na decisão das pleitos.

O professor Alfredo Buzaid, de sua cátedra na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nos anos tormentosos impostos à nacionalidade brasileira no início da década de 1960, sempre denunciou a maneira viciada com que se chegava aos resultados das eleições no Brasil e, à época, suas denúncias corajosas souberam a heresia aos donos do poder que não entendiam pudessem um homem de bem opor-se àqueles métodos eleitorais que deformavam a fisionomia ideológica dos partidos políticos e defraudava a vontade popular.

Mas, os que clamavam contra a corrupção e a falta de moralidade da política e da administração pública do Brasil estavam lutando o bom combate e, na crista do movimento revolucionário de 31 de março de 64, fizeram prevalecer seus ideais e passaram à grande tarefa de reconstrução Constitucional do País, criando novos critérios de valores que dessem nova dignidade ao exercício dos cargos públicos — eletivos ou não —, e fazendo retornar à lide política os homens de bem que dela se haviam afastado.

O professor Alfredo Buzaid, constitucionalista emérito, mestre cultor do direito e guardião indomado do cumprimento da lei, foi convocado pelo terceiro governo revolucionário para, como Ministro da Justiça e com a luminosidade de seu alto saber jurídico, dar ordenação àquelas fórmulas de erradicação de práticas corruptas e implantação de métodos moralizadores da atividade política do Brasil, em momento difícil para o meio político brasileiro.

Mas o Ministro do presente não desmentiu o professor do passado. Com a mesma coragem cívica com que virtuperava da cátedra os corruptos que dominavam o poder ele investiu contra as formas esclerosadas dos dispositivos constitucionais e eleitorais que impediam o exercício da verdadeira democracia representativa.

Redigiu e viu sancionada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, criando o fundo partidário e, mais presentemente regulamentando-o e, com isso veio propiciar regulação e controle das atividades financeiras dos partidos políticos, inclusive esclarecendo a origem e destinação dos fundos empregados. A Justiça Eleitoral teve elevadas suas atribuições para efetiva investigação da vida financeira dos partidos.

Atualmente, o Ministro da Justiça dedica-se à redação final do Código Penal, Código de Processo Penal, Código das Execuções Penais, Código Civil, Código Comercial, e Lei das Contravenções Penais, numa atividade exaustiva e que visa dar nova ordenação jurídica ao fato social de nossa comunidade.

Apesar de toda atividade administrativa e intelectual o Ministro Alfredo Buzaid ainda encontra tempo para dedicar especial atenção aos interesses do Paraná como ainda há pouco pudemos constatar, quando da presença do Senhor Governador Parigot de Souza em Brasília. Naquela oportunidade, o Ministro Alfredo Buzaid manteve longos e diversos contatos com o chefe do Executivo Paranaense, discutiu ponto por ponto o plano administrativo que lhe foi dado conhecer e deu andamento a várias reivindicações nossas junto a diversos setores governamentais. E note-se que o interesse do Ministro Alfredo Buzaid pelo destino político-administrativo do Paraná vem de há muito tempo, já tendo ele, justamente em reconhecimento à essa dedicação, sido agraciado com o título de doutor "honoris causa" de nossa Universidade Federal.

Porisso e levando-se ainda em consideração que certas homenagens elevam muito mais quem as rende do que o que as recebe e considerando que será alta honra para nosso Estado do poder contar como seu filho honorário o Exmo. Sr. Dr. Professor Alfredo Buzaid, DD. Ministro da Justiça da República Federativa do Brasil é que entendendo oportuno este projeto de lei e espero, para o mesmo, o indispensável e honroso apoio dos nobres Deputados.

(a) João C. Fadel

PROJETO DE LEI N. 88-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) — Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí, destaca-se pelo crescente desenvolvimento que vem apresentando em todos os setores, e, principalmente no setor educacional, está a merecer a atenção dos Poderes Públicos.

Com a criação de um curso ginásial no Distrito de São José do Ivaí, tal medida virá beneficiar um grande número de alunos que já concluíram o curso primário e estão em condições, portanto, de receberem a instrução ora pleiteada.

Além do mais a criação do curso ginásial virá trazer, sem dúvida alguma, uma grande economia para as famílias do Distrito de São José do Ivaí, cujos filhos não terão mais que se deslocar para outros centros, em busca de instrução e cultura.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, que esperamos tenha o acolhimento dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 89-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Curso Científico no Ginásio Estadual de Santa Isabel do Ivaí, no Município do mesmo nome para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) — Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O progressista Município de Santa Isabel do Ivaí, possui atualmente um bom numero de estudantes em condições de frequentar um Curso Científico. Assim sendo, dotar aquela comuna paranaense de um Curso Científico, temos certeza, será concretizar um almejado sonho dos jovens estudantes e, consequentemente, a continuidade dos estudos e o progresso cultural da região.

Em face das razões expostas, apresentamos o presente plena de Lei à consideração dos nobres Pares, com total apoio e final aprovação.

PROJETO DE LEI N. 90-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Paranaense" ao Professor Alfredo Buzaid, Ministro de Estado dos Negócios da Justiça.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) — Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

"CURRICULUM VITAE" anexo.

PROJETO DE LEI N. 91-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 18 e seu parágrafo primeiro, da Lei n. 4766, de 13 de novembro de 1963 alterado pelo disposto no Art. 1.º, da Lei n. 5.802, de 12 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 — A pensão mensal será de 100% (cem por cento) da retribuição, na forma do Art. 12, que o servidor estiver percebendo na data do seu falecimento e reajustar-se-á, "ex-officio" toda vez que a referida retribuição for alterada em relação à categoria funcional do mesmo.

§ 1.º — As pensões já concedidas, cujo montante seja inferior a 100% (cem por cento) da retribuição atualizada da categoria funcional a que pertença o contribuinte (excluídos os direitos e vantagens), guardada a proporcionalidade em relação àquelas com prazo de carência incompleta (art. 46), serão reajustadas no tempo sem prejuízo das atualizações previstas no "caput" deste artigo, até atingirem o respectivo percentual, obedecido o seguinte escalonamento.

I — metade da diferença verificada entre o valor anterior do benefício e o fixado neste parágrafo a partir da data de publicação desta lei;

II — o valor integral da pensão reajustada um ano após a data de publicação desta lei."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) — Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem em mira amparar os dependentes do Servidor falecido com o mesmo padrão financeiro, possibilitando o cumprimento dos encargos e obrigações, da família sem as dificuldades advindas com a falta do chefe da mesma.

Por outro lado, o que se pretende conceder à família do servidor falecido, são os mesmos benefícios que o Art. 139, da Lei n. 6.174, de 16.11.1970, prevê ao funcionário efetivo quando aposentado por invalidez.

Desta forma, a família não seria abalada no seu orçamento doméstico.

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Abordaremos aqui, um assunto um tanto diferente daqueles que nos tem trazido à Tribuna.

Queria, no Pequeno Expediente tecer algumas considerações a respeito da Mini-Copa que a Confederação Brasileira de Desportos vem promovendo. Por antecipação, notou-se um distanciamento entre o povo brasileiro, que tem uma grande paixão pelo futebol, e esta iniciativa da nossa entidade mater de futebol.

Talvez um dos objetivos fundamentais da promoção da CBD, indiretamente, estivesse ligado ao fato de que o sr. João Havelange pretende ser o futuro presidente da FIFA, e traz ao Brasil seleções de vários países amigos, procurando promover a sua campanha como postulante à direção da FIFA.

Em relação ao Paraná, a Mini-Copa foi um verdadeiro fracasso. Houve o apoio do Poder Público, o incentivo do sr. Governador e a própria colaboração desta Casa, que antecipou sua Sessão de ontem para o período matinal, para que todos pudessem prestigiar a competição da Mini-Copa. Mesmo assim, víamos ontem, no Estádio Belfort Duarte, uma pequena massa de torcedores, torcendo mais por decepção do que propriamente por interesse ao jogo.

O fracasso da Mini-Copa no Paraná foi o protesto do povo do Paraná pelo descalço, pelo tratamento injustificado que a CBD vem dispensando ao nosso Estado, indicando apenas um representante do Paraná para o Campeonato Nacional. E agora, na Mini-Copa, após um turbilhão de exigências, a CBD designou para o Paraná, talvez os dois piores jogos da Mini-Copa. Talvez a CBD esteja imaginando que o Paraná é um Estado atrasado, deixando de reconhecer que o Paraná progrediu muito; que o Paraná é um Estado também de gente que paga, mas que faz questão de exigir um bom jogo de futebol. Para que não se culpe o Paraná pelo fracasso da CBD em relação à Mini-Copa, no nosso Estado, não poderíamos desta Tribuna deixar de dizer do baixo nível dos jogos disputados em Curitiba. E, ainda na tarde de ontem, a maior atração do espetáculo, a maior vedete do espetáculo, constituía-se no próprio goleiro da Venezuela; até parecia um espetáculo circoense do que propriamente um jogo de uma Mini-Copa, num país tri-campeão mundial de futebol.

Este protesto do Paraná chega em boa hora, porque certamente se o povo tivesse comparecido maciçamente, a CBD continuaria a dispensar ao Paraná um tratamento desleal e o principal motivo talvez seja a falta de liderança da Federação Paranaense de Futebol. Se houvesse uma voz ativa, uma voz que gritasse como o Rio Grande do Sul, quando os gaúchos viraram a mesa; diante talvez deste tratamento da CBD talvez se o Paraná seguisse o exemplo do Rio Grande do Sul, o nosso Estado seria melhor tratado pelos homens da CBD. E, no momento de uma Mini-Copa, certamente teríamos aqui um jogo de nível baixo mas também teríamos oportunidade de ver outros jogos de bom gabarito. Não aconteceu. E a CBD, pelas exigências que fez: — Estádio de grande capacidade, até nos dava a impressão de que teríamos pelo menos um jogo final da Mini-Copa. Entretanto, os Senhores Deputados puderam acompanhar e já tomaram conhecimento que os melhores jogos da Mini-Copa serão realizados em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde as federações que representam os clubes de futebol quando tem que protestar contra o descalço da CBD, levantam a sua voz. E no Paraná, enquanto a Federação Paranaense de Futebol adormecer, nós veremos o tratamento desleal da CBD quanto ao nosso Futebol. O Paraná tem condições de grandes arrecadações. E o exemplo maior está patenteado no último atletismo, quando de 283 mil cruzeiros foi a arrecadação daquele encontro; e no jogo da Mini-Copa a maior arrecadação não atingiu a 70 mil cruzeiros. Prova evidente de que no momento em que a CBD olhar com mais carinho pelo nosso Paraná, dando aos paranaenses a oportunidade de assistir aos grandes jogos do futebol o povo haverá de aplaudir e incentivar a iniciativa da CBD.

Obrigado, sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados. Quero fazer um registro que reputo de grande importância para os dias em que vivemos.

Enquanto na Câmara Federal dos Deputados a Comissão de Justiça rejeita um projeto de um Parlamentar, tornando possível aos homens de maior idade, até os quarenta e cinco anos, ingressar no serviço público, as empresas particulares, com visão mais ampla da problemática e em defesa não apenas dos interesses daqueles que por qualquer motivo são obrigados a procurar emprego após terem mais de trinta e cinco anos, mas também, acredito, em defesa de seus próprios interesses, começam a tomar consciência da realidade e do problema.

Aqui mesmo em Curitiba, seguindo o exemplo de outras empresas de São Paulo e da Guanabara, as conhecidas Lojas Madison colocam na imprensa com bastante destaque, este anúncio: "Firma aceita vendedor de meia idade". E diz o Diretor da Firma que faz questão de admitir uma série de funcionários entre os quarenta e os cinquenta anos, porque é preciso fazer a simbiose da juventude com aqueles que têm experiência; é preciso colocar o ímpeto renovador, a coragem intemerata do jovem ao lado dos que têm os pés assentados no chão da realidade, que têm anos e anos de prática, que

aprenderam na escola e aperfeiçoaram os conhecimentos técnicos e profissionais na escola da vida, que é a mais importante que temos no mundo.

A minha passagem na Tribuna é tão somente para fazer este registro, elogiando as empresas privadas que conhecem o problema e dão uma oportunidade àqueles que precisam trabalhar, têm condições e precisam mostrar o que sabem.

As Lojas Madison, à sua Diretoria, os meus parabéns. Que outras empresas sigam o seu exemplo e que através do exemplo das empresas particulares, o Governo da República e os Governos estaduais compreendam que, no instante em que se procura integrar a todos, não se pode marginalizar os que deram muito de sua contribuição e que muito ainda poderão dar pela grandeza nacional.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Erondy Silvério, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deveríamos, no encaminhamento da votação do Projeto de Lei 292-71 fazer o pronunciamento que ora fazemos. Todavia, como nosso pronunciamento contém um apelo ao Líder do Governo, e como conhecemos que a missão de Líder do Governo numa Casa Legislativa, é sempre espinhosa estamos ocupando a Tribuna no Grande Expediente para dar tempo ao Deputado João Mansur para examinar devidamente o nosso apelo que, em suma, é um apelo de toda a Casa no que diz respeito à votação do Projeto de Lei 292-71, que dispõe nada mais nada menos, sobre a doação de todas as terras devolutas do Estado a uma Fundação de criação proposta. Dota-se ainda, a nova entidade, de importância de um milhão de cruzeiros não prevista em orçamento. Nos poderes da Fundação, chamada no Projeto de Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, incluem-se os de vender terras públicas comercializar produtos agropecuários, representar o Estado em todas as questões de terras, receber uma taxa de Valorização Agrária, contratar acordos com todas as esferas de Poder Público, determinar áreas para desapropriação, absorver todas as consignações orçamentárias previstas para o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, instituir ela própria, o seu quadro de funcionários.

Não bastassem tantos poderes, dá-se ao Presidente da entidade o poder de gestão e movimentação de todo esse patrimônio e recursos, com a condição de que encaminhe relatório anual ao Executivo e ao Legislativo, como providência de mera cortesia.

Esta rápida descrição do conteúdo da Mensagem Governamental que capeia o Projeto, mostra que a matéria não é importante. É muito mais: trata-se da proposição que envolve o maior valor econômico de quantas passaram por esta Casa, dispondo sobre todo o patrimônio de terras públicas do Estado. E tem a veleidade de solucionar, por si própria, o maior problema social do Paraná, que é sem dúvida a pacificação da terra e sua colonização ordenada.

A autoria do texto proposto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é do ex-Governador Haroldo Leon Peres. Como tanto não se estranha que Sua Excelência preparasse caminho para lotear o Paraná, através de uma entidade cujo objetivo é fugir à fiscalização do povo, isto é, ao controle da Assembleia Legislativa do Estado e da legislação acauteladora do patrimônio público. Estranha-se, porém, que afastado o autor intelectual, solicite-se regime de urgência para a matéria, tão gritante são as falhas que contém e tão importantes os interesses patrimoniais envolvidos.

O pedido de apressamento partiu do próprio Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Pela origem, abro um crédito de confiança que Sua Excelência bem merece, presumindo que está empenhado na dinamização da política de terra, mas não pôde se deter na análise do perigo que representa esta Fundação, na hipótese de futuras gestões não serem tão dignas e tão honradas como a sua. Como aqui não legislamos apenas para administrações puras de intenções e atos, como a de Parigot de Souza, mas para um futuro que deve ser acautelado, peço ao Excelentíssimo Senhor Governador também um crédito de confiança em minha pureza de intenções ao querer acautelar a coisa pública.

Como verão os Senhores Deputados, pretendo abrir três opções para a votação desta matéria, formulando ao final os necessários requerimentos.

1. A primeira, de que o Governo através de sua Liderança nesta Casa e por requerimentos que teriam o apoio da maioria dos Senhores Deputados, retirasse a matéria em pauta e a reenviasse ao Executivo para melhor estudo.

2. A segunda, de que esta Assembleia rejeite o Projeto, como inadequado para as finalidades que pretende e lesivo aos interesses públicos.

3. A terceira opção para tranquilidade absoluta de consciência, está expressa numa série de doze emendas que não contribuíram para melhorar a proposição, visto que seu erro é de raiz. Elas apenas pretendem acautelar o interesse do povo, dificultando lesões ao patrimônio público no dia em que um governo vier mal-intencionado apossar-se dessa fundação, se ela, à minha revelia, vier a ser criada.

Antes de abordar aspectos da proposta governamental, peço vênua para avivar a memória dos Senhores Deputados, rememorando episódios recentes e ao meu entender argumentativos para a posição que adoto.

Alguns srs. Deputados se declararam estarrecidos com fatos financeiros apontados como danosos ao Estado, em calúnia aqui cometida, nessa Mesa e nesta cadeira, pelo então Governador Haroldo Leon Peres, contra Paulo Pimentel.

Todos os senhores e todo povo do Paraná está lembrando daquela memorável sessão de abertura do Poder Legislativo.

Mais recentemente, outros e alguns dos mesmos srs. Deputados, se esterreciam com denúncias contra a gestão do Senhor Haroldo Leon Peres, estas infelizmente verdadeiras.

Justiçado um Governador com a chancela de suas contas, e justiçado o outro pelo destino que teve uma pergunta ficou no ar: será sina desta Casa a de sempre se estarrecer conhecendo depois o que acontece nas finanças do Estado? Estaremos nós, os fiscais do povo, cumprindo devidamente a nossa função e exigindo com assiduidade necessária nossa presença nos atos administrativos?

Esta pergunta Senhores Deputados, reaparece neste momento, no qual, apesar de pessoalmente convencido de que não conseguimos sequer acompanhar os negócios fazendários, vejo pretender-se que deleguemos poderes

de gerência financeira monumental a uma Fundação onde não entraremos nem como convidados, como acontece hoje na FAMEPAR. Os srs. Deputados têm o exemplo vivo aí a FAMEPAR. Estamos querendo criar outra e ainda de maior gravidade porque vai lotear o Paraná.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, quero me congratular com V. Exa., em nome da Bancada do MDB pelo zelo no tratamento de tão importante assunto, e ressaltar aqui que V. Exa. está sendo coerente com a atitude que no passado assumiu e na qual teve o privilégio de lutar lado a lado com V. Exa., quando transitou por esta Casa proposição do então Governador Haroldo Leon Peres, criando a FAMEPAR. Os mesmos vícios que revelava a proposição naquela época, apresenta a atual. Porque, como se já não bastassem as limitações que sofrem os Legislativos não só em nosso País, mas universalmente, querem nos tirar até aquela última prerrogativa que justifica o Parlamento, que é de fiscalizar os atos do Governo e o emprego dos dinheiros públicos. V. Exa. pode estar certo de que a Bancada do MDB está ao lado de V. Exa. não por princípio de oposição, mas em defesa das últimas prerrogativas deste Legislativo, de tomar conhecimento, pelo menos, de onde o governo pretende aplicar os dinheiros do povo e, em último caso, como foi aplicado. Se renunciarmos a isso, não haverá nada para justificar nossa presença nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. que lembra esse episódio quando esta Casa apreciou Mensagem do mesmo ex-Governador criando aquela Fundação de Assistência aos Municípios. O grande perigo daquela proposição ainda vai consolidar-se e esta Casa vai verificar, arrependida, que todos os saldos das dotações orçamentárias não especificadas em leis anteriores, estão à disposição daquela Fundação, sem nenhum controle.

Ainda com relação a este caso agradeço publicamente ao nobre Deputado Paulo Poli, que me conduziu à presença do Governador o qual ainda concordou na criação de um Conselho; mas na Mensagem original quem iria gerir esse imenso cabedal de recursos, era apenas o Presidente e o Tesoureiro, de livre escolha e nomeação do Governador do Estado.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O pronunciamento de V. Exa. é daqueles que nos deixa muito à vontade, porque vejo nesta Casa movimento salutar, quando se fala em independência e prestígio deste Poder.

V. Exa. acaba de ler um trecho de seu discurso que somente tem três opções a fazer e que, através de um delas terá que fixar posição.

A primeira é no sentido de encaminhar Requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia desse Projeto para melhor juízo de S. Exa. o Sr. Governador.

A segunda opção, salvo algum engano, V. Exa. votaria contra o Projeto. E a terceira opção seria a elaboração e aceitação de nossa parte, de um número de doze emendas a esse Projeto.

Nobre Deputado a posição de V. Exa. é coerente com o que prega a Revolução de Março de 1964.

Conhecemos a formação moral do Governador Parigot de Souza e conhecemos também, a estrutura moral do Líder de nossa Bancada. Assim sendo, gostaria de pedir a S. Exa., o nosso Líder, para que me liberasse, se não fosse questão fechada para votar com V. Exa. pela rejeição desse Projeto.

Através deste aparte ao aplaudir V. Exa. e outros Deputados que têm tomado atitudes semelhantes esta faço um apelo ao nosso eminente Líder no sentido de nos orientar, tendo em vista as três opções apresentadas por V. Exa. de que maneira deveremos votar.

A mais aconselhável seria a primeira. No entanto caso o Líder de nossa Bancada não feche a questão neste caso não tome posição, meu voto será idêntico ao de V. Exa. eu o acompanharei em qualquer uma das opções.

Era o aparte de aplauso e cumprimento que queria fazer

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quero confessar de público que não esperava de V. Exa. outra atitude senão esta, porquanto V. Exa. tem se destacado pelo zelo com que trata as coisas públicas.

Prosseguindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, "Se aprovarmos a Mensagem tal como nos é apresentada, onde ficará o desejo vivamente reafirmado de valorizarmos nosso papel de mandatário? Enquanto gritamos nesta Tribuna a necessidade de revigorarmos nossa corporação política, podemos agora concordar que se roube ao povo o seu direito fiscalizador?"

Entendo que aprovando o Projeto de Lei 292-71 estaremos abdicando de fato o que defendemos com palavras. Não por má fé de outros, mas por nossa vontade, estaremos assumindo o risco de nos estarrecermos sempre. De embasbacarmos eternamente, perante fatos de cujo conhecimento abrimos mão, espontaneamente. Sem proveito de ninguém, e em prejuízo de nossa obrigação pública e moral.

Enumero e seguir alguns pontos da proposição, num exame rápido e conciso, contestando, de início, a própria essência da matéria, que é constituir uma Fundação como organismo capaz de solucionar o problema de terras no Paraná:

1. A Lei pretende dar vida a uma cópia da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, entidade de triste memória. Foi ela responsabilizada pela titulação de terras em três andares — todos estão lembrados daquela época triste do Paraná — "locupletamento de Diretores e apadrinhados, dando origem a processos criminais inclusive".

A cópia, entretanto, foi aprimorada. Este "Replay" dá à Fundação Instituto de Terras maiores poderes, recursos astronômicamente superiores, e fiscalização infinitamente menor do que jamais contou a malsairada Fundação de Colonização e Imigração.

2. Não se diga, também, que é difícil ao Poder Público, na sua estrutura atual, resolver o problema da terra no Paraná. As dificuldades nascem da falta de meios, e como consequência da própria complicação das situações jurídicas a serem deslindadas e da sua extensão. Vimos aqui mesmo no Paraná a ação do Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná — GETSOP, resolvendo definitivamente a situação de Missões e Chopim. O GETSOP não era um órgão gigantesco, nem de autonomia surpreendente. Era um mero grupo de trabalho, ao qual se deu meios, através de um convênio União-Estado, sem que por isso fugisse ao controle da Administração Pública. O próprio Deputado representante da região, Sua Excelência o Senhor Ivo Tomazoni, em várias oportunidades ocupou a Tribuna desta Casa para elogiar o GETSOP, sem jamais opor reparos ao seu dinamismo. Apesar de órgão com vida limitada e sem estrutura administrativa maior.

3. Quanto ao conteúdo do Projeto de Lei, há reparos mais específicos a fazer. Doa-se, à nova entidade, todas as terras públicas do Estado. Entre as desvantagens de origem maior, de alienação do patrimônio público a

uma Fundação, órgão meros fiscalizado — e aqui no caso fiscalizado por ninguém. Existem outras. Uma delas é complicar, sem necessidade, os interesses do Poder Público nas questões litigiosas sub-júdice. O Estado, existindo, aprovada a Lei, como parte interessada nas causas, será alheado dos processos. A substituição processual irá tumultuar o aumento das ações, obviamente em favor das partes contrárias.

4. Além de todo o patrimônio de terras do Estado, e de uma série enorme de imóveis enumerados no texto do Projeto, doa-se ainda à Fundação a importância de um milhão de cruzeiros, cuja origem não está esclarecida nem é orçamentariamente disponível. (Alínea IV, Art. 3.º).

Tais recursos não são os já destinados ao setor de terras, porquanto o parágrafo 2.º do Artigo 4.º transfere também à Fundação todas as dotações hoje consignadas ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

5. Vejam agora, Srs. Deputados, como foi engendrado o funcionamento da Fundação cuja criação é proposta. O Artigo 7.º dispõe que a fundação fiscalizadora será de um Conselho de Curadores de cinco membros, todos de livre nomeação do Governador, com mandatos a prazo certo de quatro anos. A função deliberativa será de um Conselho de Administração, composto de oito membros, cuja escolha e atribuições serão fixadas por Decreto, isto é, por ato unilateral do Governador do Estado. A função gerencial foi dada ao Conselho Executivo, também de oito membros, também de livre nomeação do Governador e com vencimentos por ele fixados. Evidentemente, o Presidente da Fundação também é de livre nomeação por decreto. É o que se chama em gíria, muito apropriadamente, de uma grande patota. Grande e perigosa.

6. O envolvimento da Fundação em torno do Governador e de si própria vai mais longe. O Artigo 23, Parágrafo 2.º, prevê que Quadro de Pessoal e Fixação de Remunerações são atribuições internas da Entidade.

7. O Artigo 26 assegura ao Governador a prerrogativa de a qualquer hora reformar o Estatuto, por Decreto.

8. Em lugar algum, em momento nenhum, refere-se o Projeto a uma participação fiscalizadora do povo através desta Assembléia quer nas decisões sobre o funcionamento da Fundação, quer na composição dos seus Conselhos.

Sr. Presidente, Senhores Deputados:

Esta já é a segunda vez que surpreendemos o ex-Governador Haroldo Leon Peres em projetos maliciosos, cujos objetivos são hoje evidentes. O primeiro dava poderes de auto-reorganização à diretoria do Banco de Desenvolvimento, num outro Panamá de criação de cargos a critério do colegiado interessado, como se dinheiro público fosse capim.

O Sr. Antônio Lopes Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero congratular-me com a atitude de V. Exa. na Tribuna. Na verdade é costume dizer-se que o Poder Legislativo não tem mais utilidade e ninguém sabe mais o que fazer, mas uma das funções mais importantes que cabe ao Legislativo moderno é a fiscalização dos atos do Poder Executivo e isto merece estudo acurado de todos nós e V. Exa. vem à Tribuna trazer para estudo, para debate, para meditação um Projeto de grande alcance Legislativo e que não pode na realidade ser estudado assim atabalhoadamente. Não sei se é pela minha vivência anterior de professor que sou acostumado a minúcias, a paciência, ao exame acurado e nunca gostei de discutir e votar alguma coisa às pressas. Há um defeito no Legislativo que vai ser corrigido, se Deus quiser, pois pretendo apresentar um projeto de Regimento Interno. Os projetos passam pela Comissão de Justiça para serem estudados quanto à sua legalidade e constitucionalidade, depois, se envolvem questões financeiras, vão à Comissão de Finanças para avaliar a sua condição financeira, mas não há uma Comissão específica que estudo o conteúdo, o mérito de cada projeto e é isto que pretendo apresentar para projetos da natureza de estatutos, de códigos, de conselhos, que causem transformações. É o caso do presente, para que passem além da Comissão de Justiça e de Finanças, nesta Comissão que será um crivo profundo para analisar o mérito em todos os seus detalhes, comissão geral para estudo e conteúdo de cada projeto. Quero congratular-me com V. Exa., pois V. Exa. está suprimindo as necessidades do Legislativo nesta questão de um Regimento Interno a contento.

O SR. ERONDY SILVERIO — Agradeço a V. Exa. e a idéia de V. Exa. deve ser acolhida por esta Casa, porque só aprimorando os trabalhos legislativos, encarrando com a seriedade que em merece é que este Poder vai recuperar o respeito pela opinião pública. Temos que sofrer profundas transformações na maneira de funcionamento deste Poder, a fim de que possamos dar um cabal cumprimento à espinhosa missão que o povo nos delegou. Portanto estarei ao lado de V. Exa., não só na elaboração deste Projeto de modificação do Regimento Interno, mas também na sua tramitação e votação.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento.)

Se insisto nestes apartes...

O SR. ERONDY SILVERIO — É por isto que sempre que se fala em terras devolutas, sempre que se trata de problemas desta natureza fala-se por certo no sudoeste, região que também com o ilustre Deputado tenho a honra de representar, porque lá se ferem os prolema mais graves de terras dentro do Estado do Paraná. V. Exa. mencionou de passagem o GETSOP, não sei porque o Estado, e não é a primeira vez que falo isto nesta Casa e nem sou o primeiro a fazê-lo, não sei porque, o Estado não busca nesta experiência tão bem sucedida, uma orientação para buscar as soluções dos graves problemas de terras, que afligem sobretudo a minha região.

O GETSOP foi experiência altamente satisfatória; creia V. Exa. que não existiria o sudoeste neste estágio de progresso, não fosse a existência naquela região do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

É lamentavelmente este grupo vai findando a sua missão; possui um quadro experiente, um quadro que viveu os problemas de terras das glebas de Missões e Chopin. Quadro este que poderia utilizar todas as suas experiências em outras faixas, na mesma região, pois os problemas são idênticos. Para que V. Exa. tenha uma idéia, muda-se o nome dos órgãos que tratam dos problemas de terras do sudoeste do Paraná, e os problemas continuam os mesmos.

Foi feito um levantamento por conta do trabalho feito pelo extinto INDA, no que diz respeito à regularização de terras no Sudoeste do Paraná. Propriedade em média de 10 a 12 alqueires, ficava para o Governo Federal por um custo de trinta mil cruzeiros, dada a burocracia de todo o processo de localização, enquanto o GETSOP cumpria esta missão satisfatoriamente levando paz e progresso ao sudoeste do Paraná.

Gostaria de neste aparte mencionar a V. Exa. um outro Projeto do Governo, Projeto de Lei n.º 59-72 que cria a quota de ocupação de terras devolutas. É pela essência do Projeto, parece que o Governo pretende manter este estado de terras devolutas por muitos e muitos anos.

Parece que o Governo pretende transformar-se num locador de terras

devolutas, enquanto eu entendo, que deveria procurar com urgência, solucionar este problema e dar, não um título de arrendatário, àqueles que estão de posse dessas terras, mas procurar solucionar o problema, dando-lhes um título definitivo.

Digo isto, porque vou votar com V. Exa. E ontem, foi lembrado por um Deputado da minha região, que era necessária a aprovação deste Projeto, tendo em vista os interesses daqueles que ocupam terras devolutas no sudoeste do Paraná. E vou votar contra, pois creio estar defendendo os interesses dos que lá trabalham, que já pagaram estas terras para o detentor do suposto título, já pagaram estas terras, às vezes, até mesmo ao Estado, ao INCRA; já pagaram estas terras várias vezes e agora vão ter que pagar por títulos de quota de ocupação de terras devolutas, mais uma importância.

Convenci-me, das três opções que V. Exa. propôs à Casa, que a mais honesta, a mais decente, é a retirada do Projeto. Disse em V. Exa. que apenas por um problema de consciência proporia as emendas, porque elas não alteram na essência o conteúdo, já que o erro vem de raiz.

Entendo como V. Exa., que a posição correta, é a retirada do Projeto, do qual confesso, pelas múltiplas viagens, não havia ainda tomado conhecimento na sua profundidade. Ele interessa profundamente à minha região. E se quisermos fazer um trabalho honesto, em matéria de tão relevante importância, isto implica na retirada do processo da Ordem do Dia. No debate franco das implicações, a criação desta fundação é muito mais implicação do que pode parecer a uma análise ligeira.

Somo ao apelo do nobre Deputado Paulo Poli ao apelo de V. Exa., o apelo da Bancada do MDB, dirigido ao nobre Líder do Governo, para que retiremos este Projeto da Ordem do Dia, e o estudemos com seriedade, com a profundidade que a matéria requer.

Agradeço a V. Exa. pela oportunidade deste aparte.

O SR. ERONDY SILVERIO — Eu lhe agradeço.

Prosseguindo, Sr. Presidente, agora vamos a tentativa de colocar todas as terras públicas do Estado nas mãos de um só homem. Homem que será o Governador do Estado, seja quem seja. E para cujos atos não haverá a fiscalização que sofre esse próprio homem, quando na realização de seus atos de Governo, como manda a Administração Pública.

Entendo que não é necessário que me estenda mais ainda. Votarei contra a proposição caso não seja atendido o apelo que aqui reafirmo, à Liderança do Governo.

Consulto ao nobre Deputado João Mansur, Líder do Governo, sobre o interesse de Sua Excelência em retirar a matéria da Ordem do Dia, mediante requerimento a ser decidido pela soberania do plenário, para um reexame do executivo, o que poderá fazer, ou responder, após o término deste nosso pronunciamento, se assim desejar.

Adianto que, em qualquer hipótese, votarei hoje ou de futuro contra a constituição de uma Fundação para orientar o problema da terra e da colonização do Paraná. Do contrário, estaria esperando que viessem a esta Casa projetos criando a Fundação da Fazerda, a Fundação da Agricultura, a do Trabalho, a da Assistência, a Fundação de Obras, a Fundação de Transportes, a de Saúde. Daí tranquilamente, pegaria meu chapéu e iria embora, com a consciência satisfeita de ter transferido todas as minhas obrigações e nada mais fazer.

Se nenhuma dessas esperanças vingar, nobres Deputados, deixo à consideração da Casa algumas emendas. Com elas teremos fechado a nossa última brecha de consciência. Não que elas aprimorem a proposição, pois como disse, o defeito é de raiz; mas a transformam num instrumento menos perigoso, numa colcha de retalhos rota e mal acabada. Mas pelo menos não é este agasalho sórdido de capuz, capa e máscara que redigiu o Exmo. Governador e encaminhara à consideração desta Casa.

Além disso, Sr. Presidente, nobres Deputados, o Projeto a meu ver, embora em regime de urgência, e conhecendo perfeitamente o Regimento Interno da Casa, carece de uma providência importante: não foi ao crivo da Comissão que especificamente só tem este trabalho dentro da Casa, que é o de analisar questões referentes a colonização, terras e emigração. Portanto, o que não acredito, se houver má vontade do Sr. Líder do Governo, não acredito, porque conheço seu elevado espírito público, a sua hombridade, e o seu desejo de servir ao Paraná e de participar com sua consciência.

Não acredito que S. Exa. possa rejeitar este apelo que não é mais meu, que é de toda a Casa, pelo que estou sentindo, para que esta matéria seja retirada da Ordem do Dia, porque tenho absoluta certeza que o honrado Professor Parigot de Souza ao examiná-lo minuciosamente, jamais a reenviaria a esta Casa, tenho absoluta certeza. Porque não há o que modificar, não há o que transformar. Não podemos delegar atribuições dentro desta Casa. É isto nós vamos fazendo sucessivamente, em prejuízo de nossas prerrogativas. Mas não temos o direito de fazê-lo, porque não estamos aqui, por nossa própria vontade, mas do povo. Teríamos que consultar o povo, para delegar estas atribuições que são de nossa competência exclusiva. Este Poder não pode mais se esvaziar, embora os poderes devam ser harmônicos se, há independência deste Poder que é o primeiro Poder da República, por que é o que legitimamente emana do povo, tem que ser preservado e por quem? pelos 47 deputados que aqui não representam sua vontade própria, mas a vontade soberana do povo paranaense. Não acredito que esta Casa delegue mais atribuições ao mais honrado de seus governadores. Nem que Cristo descesse à terra viesse a ser o Governador do Estado do Paraná; esta Casa acredito que não delegaria mais atribuições porque Cristo foi crucificado e deixou um bando de patifes em seu lugar. Então, amanhã, um Governador honesto é substituído por um ladrão, por um desonesto e esta Casa? Depois não adianta chorar, não adianta arrepender-se. Delegou poderes, abriu mão, graciosamente, de prerrogativas que são suas, inerentes ao povo do Paraná.

Esta matéria não tem condições de ser apreciada porque, além de ser leve aos interesses do povo do Paraná, falta-lhe o parecer da mais importante Comissão, neste caso, que é a Comissão de Terras, Imigração e Colonização.

Portanto, Sr. Presidente, aguardamos o pronunciamento do nobre Líder do Governo e nos reservamos, posteriormente, o direito de encaminhar requerimento a V. Exa., no sentido...

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Erondy Silverio, o Líder de nossa Bancada, Deputado Sebastião Rodrigues Jr. já expressou, em nosso nome, o apoio ao comportamento que V. Exa. vem tendo, brilhante comportamento em relação a este Projeto. Mais uma matéria que busca, como bem frisou V. Exa., esvaziar o Poder Legislativo que dia a dia vai perdendo realmente suas prerrogativas. Queremos também cumprimentar V. Exa., que, com sua rara inteligência, procura fixar uma posição marcante, uma posição brilhante, não deixando em momento algum que nosso Legislativo venha a ser — quem sabe — levado a este esvaziamento que se pretende aos poucos, através dos projetos que para aqui são enviados. Como frisou V. Exa., hoje, em determinados órgãos criados pela Assembléia Legislativa o Deputado, quando consegue um acesso

a Direção, é olhado até com cara feia porque procura-se lançar sobre o Deputado certa dúvida em relação ao seu comportamento, procura-se dizer que o Deputado está pretendendo fazer política com a coisa pública. Na verdade, o Deputado que representa o povo, visita as repartições públicas para tratar, não de interesse pessoal, mas para buscar a solução dos problemas que lhe são encaminhados. A realidade que a Assembléia vai delegando estes poderes, vai se esvaziando o próprio Poder Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa., com exceção da expressão "rara inteligência". O que V. Exa. afirma no aparte que muito nos honrou é fácil de se ver. Cada vez que um Deputado se dirige a uma Secretaria de Estado ou a um Departamento do Governo e para tratar de assunto de interesse da coletividade, que não é outra a função do Deputado, senão tratar do interesse do povo. Ninguém vai a uma Secretaria, a um órgão do Governo tratar de interesse pessoal. Todos aqui têm compostura moral e por isso mesmo foram conduzidos, pela confiança do povo, a esta Casa. O Deputado que, no desempenho de suas elevadas funções de tratar do interesse coletivo, for maltratado, deve exigir da Mesa da Casa que seja convocado o Diretor do Departamento ou o Secretário de Governo para que sinta que o Deputado é um representante do povo, que recebe dinheiro do povo, para tratar dos interesses da coletividade.

Mas ninguém é obrigado a aceitar uma função pública, a aceitar um cargo de Secretário ou de Diretor de Departamento. Mas quando são convidados — porque geralmente se oferecem, procuram a interferência de pistolas para serem nomeados — sabem que é para trabalhar.

Portanto, o Deputado que sofre um desrespeito numa Secretaria ou num Departamento, deve exigir da Mesa deste Poder que seja convocado este funcionário na sede deste Poder para que venha dizer aqui as razões por que maltratou um representante do povo. Deve tomar a atitude que tomei quando fui desrespeitado no Instituto de Identificação do Estado. O dia que eu entrar numa Secretaria de Estado para tratar de interesse coletivo e não for recebido pelo Secretário, boto a mão na porta e entro e, se for maltratado, vou exigir da Mesa a convocação do Secretário, ou do Diretor do Departamento, porque estou no desempenho de minha função de Representante legítimo do povo.

O Sr. Antônio Belinati — Só para complementar, nobre Deputado, nem sempre o Deputado é maltratado diretamente. Porque tem ocorrido que o Deputado procura uma repartição pública e tenta falar com o dirigente, mas logo vem aquela frase tradicional: "S. Exa. está em uma reunião importante".

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas é isso que não aceito.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, eu confesso que não estudei, não me aprofundei na análise dessa Mensagem como V. Exa. o fez. Mas, também confesso que estou muito à vontade, neste instante, por diversas razões. Primeiro, porque não tenho interesse nenhum, jamais tive interesse pessoal em problemas de terra. Tenho, isto sim, como todos os Srs. Deputados, como o Governo, interesse na solução do problema da terra que ainda se apresenta muito grave em nosso Estado. É um problema difícil, como V. Exa. bem conhece, de implicações, de desmandos, porque o mesmo lote é atribuído a duas ou três pessoas, por implicações diversas, por intervenção, hoje, do INCRÁ, com problemas que se arrastam também no Poder Judiciário, enfim, com uma série de medidas que os interessados procuram legalizar, e que demandam tempo, e que demandam estudo.

De modo que, se de um lado não tenho interesse pessoal, mas de outro lado, todos nós temos interesse, como Representantes do Povo, e procuramos solucionar esses problemas em benefício desse mesmo povo que representamos. Porque todos nós, Sr. Deputado, temos sido procurados por muitos e muitos proprietários de terras que, em razão de não possuírem sua documentação hábil, seu título, sua escritura, não estejam ocupando pacificamente sua terra. Mas por falta mesmo dessa documentação não têm aquelas condições necessárias para poderem receber os benefícios e os financiamentos que, hoje os órgãos que estão atetos principalmente à agricultura, têm dado, em grande escala, em favor de nossos agricultores. E esses homens por falta de documentação.

E outro motivo que me deixa à vontade, é porque estamos, graças a Deus, ocupando a liderança de um Governo que é dos mais íntegros e dos mais honrados, como bem atestou V. Exa. E fique certo, nobre Deputado, que outro não será a intenção do Sr. Governador senão analisar profundamente a Mensagem enviada a esta Casa pelo ex-Governador Haroldo Leon Peres. Mas, analisar na sua profundidade, para verificar realmente os benefícios que ela possa trazer aos homens que ocupam o interior de nosso Estado. De modo que nós ouvimos com atenção todo seu pronunciamento e estamos encaminhando à Mesa um Requerimento no sentido de que esta Casa — se assim entender aprovando esse Requerimento — retire da Ordem do Dia essa proposição e que ela seja reencaminhada para melhor análise em face desses novos argumentos que V. Exa. aduziu, depois do profundo estudo que fez desse Projeto de Lei. E mais ainda, que também passe pelo crivo da Comissão de Terras e Colonização. Paralelamente, nós levaremos — e eu me permito solicitar a V. Exa. — cópia desse seu pronunciamento ao Sr. Governador, que poderá servir de subsídio, facilitando a análise por parte de sua assessoria porque o que nós queremos, o que V. Exa. quer, pode estar certo, que também é a intenção do Sr. Governador Parigo de Souza, que se dê ao Paraná uma lei, uma lei justa, que venha de encontro aos interesses do povo e do Estado do Paraná. Agradeço a V. Exa. e estou encaminhando requerimento nesse sentido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte e como disse anteriormente, não foi surpresa para mim a atitude de V. Exa. Quanto ao meu pronunciamento, V. Exa. poderá dispor livremente do mesmo, porque a grande preocupação desta Casa, é que a Mensagem seja corrigida e mais ainda, para que não se abra mão da prerrogativa inerente ao Legislativo, que é fiscalizar o emprego dos dinheiros públicos. S. Exa. demonstrou seu alto espírito público, pelos longos anos à testa da coisa pública. V. Exa., tenho certeza absoluta, irá reformular a Mensagem quase na sua totalidade, porque não será outro o pensamento dos homens de bem deste Estado, que se dê ao governo os meios necessários para que faça uma boa política administrativa, porém sem quebrar a dignidade do Legislativo.

Agradeço os apartes que recebi e também o apoio e o reafirmo aqui a minha posição de luta, sempre, para que este Poder seja realmente um poder independente e que representa todo o povo do Paraná". (Sem revisão do Orador)

O SR. PAULO FOLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, fui chamado ao telefone, mas pretendia oferecer mais um aparte ao Deputado Erondy Silvério e como não foi possível pedi a palavra pela ordem, para deixar aqui consignado o meu aplauso a atitude digna e cavalheiresca do Líder da Bancada, Deputado João Mansur, que sensível como é aos interesses da de-

mocracia e da Revolução, acaba de elaborar o requerimento que encaminhou à Mesa.

Então solicito que fique registrado nos Anais da Casa, mais um voto de aplausos em favor do nosso Líder.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença nesta Casa da Senhorita Maria Dolores Bordin, Miss Paraná 1972. A senhorita Maria Dolores encontra-se no salão nobre da Assembléia Legislativa. A Presidência designa os Srs. Deputados Antônio Costa, Nelson Buffara e Pinto Dias para em Comissão, introduzirem a senhorita Maria Dolores no recinto do Plenário desta Casa.

(entra ao Palácio a Senhorita Maria Dolores Bordin)

O SR. PRESIDENTE — (Lendo): Maria Dolores Bordin há um dia, todos os anos, em que esta Casa se despede de todas as suas características usuais e rotineiras.

Um dia em que o culto ao belo — a que homem algum consegue se fazer infenso — prevalece.

Um dia em que a aridez permanente do encargo de legislar é integralmente arredado.

Um dia e que a veemência e o ardor nos debates dão lugar a instantes de serena contemplação.

Um dia em que bancadas partidárias divergentes, convergem num sentido único e tendências doutrinaárias ou ideológicas dispares parecem afinar num mesmo acorde.

Tudo porque esse é o dia em que, todos os anos, a Assembléia Legislativa recebe a visita de MISS PARANÁ.

Srta. Maria Dolores Bordin, nesta oportunidade, quando os fatos estão a confirmar tudo quanto foi dito, queremos antes de mais nada, secundar os votos do júri que a elegeu, assegurando-lhe o sufrágio unânime dos Deputados, que também a reconhecem como a mais bela das paranaenses.

Sua beleza, Srta. Maria Dolores Bordin, que a todos nós encanta — como ainda encantará a todos os brasileiros — ao Presidente desta Casa orgulha em particular, originários que somos, nós ambos da mesma região, ou seja, de Paranavai.

Srta. Maria Dolores Bordin, receba as boas-vindas da Assembléia Legislativa do Paraná e, juntamente com nossa penhorada gratidão pelo privilégio que nos é concedido com sua honrosa visita, receba também os sinceros e ardorosos votos de todos os Srs. Deputados no sentido que a beleza da mulher paranaense, tão bem representada na sua pessoa, seja vencedora no Brasil e no mundo". (PALMAS).

E com honrosa satisfação que passamos a palavra à Srta. Maria Dolores Bordin.

A SRta. MARIA DOLORES BORDIN — Srs. Deputados, estou muito feliz por representar o Estado do Paraná.

Espero corresponder à expectativa de todo o povo paranaense, trazendo para o Estado do Paraná o título de MISS BRASIL.

Convido a todos, particularmente as autoridades aqui presentes, para comparecerem ao Rio de Janeiro no próximo dia 24 e aproveito a oportunidade para agradecer ao Governador do Estado e a todos os que estão colaborando para que eu possa representar bem o nosso Estado.

O meu muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência suspende a sessão por 15 minutos, a fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar a Srta. Maria Dolores, Miss Paraná 72, representando no concurso, a cidade de Paranavai. (E suspende a sessão, por 15 minutos).

O SR. PRESIDENTE — Declaro reaberta a sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados. Parece que não há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal, atendendo requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério.

(É feita a chamada)

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Requeiro, Sr. Presidente, nova chamada, porque os Srs. Deputados se encontram no terceiro andar cumprimentando a Miss Paraná e pelo que pudemos observar, estão subindo. Razão porque solicitamos segunda chamada nominal.

(É feita a segunda chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — 19 Srs. Deputados se encontram presentes. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 219-70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial em Paisandú e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Encerrada a discussão.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 240-71, de autoria do Dep. Pinto Dias, cria um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Com Emenda. — Encerrada a discussão.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 69-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de "Três Barras", Município de Catanduvás, para funcionar a partir do ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Com Emenda — Em regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 122-71, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Colorado, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Com Substitutivo — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-71 de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Astorga, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Encerrada a discussão.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 145-71, de autoria do Dep. Fuad Nachi, cria uma Escola Normal Colegial no Município de Nova Aurora para funcionar a partir de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Com Substitutivo — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 220-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 23-71, encaminhando anteprojeto de lei que cria no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os Cargos Isolados de Provimento em Comissão que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 291-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Diamante do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 224-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo conceder duas pensões mensais de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a José Boiko e Ana Boiko, residentes em Colônia Retiro, Município de Mandirituba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. — Com Substitutivo — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 292-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 49-71, encaminhando anteprojeto de lei que substitui a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — Sobre o referido Projeto, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, solicitando retirada da Ordem do Dia. — Aprovado o Requerimento.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 6-72, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Educação e Cultura Espirita do Paraná, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 42-72, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora de Arunção, da cidade de Ponta Grossa. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 59-72, de autoria do Poder Executivo — Ofício n. 66-72 referente a Mensagem n. 49-71, cria o Fundo de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 60-72, de autoria do Poder Executivo — Ofício n. 66-72, referente a Mensagem n. 59-71, estabelece a Cota de Ocupação de Terras Devolutas e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 244-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Adrianópolis — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 244-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Adrianópolis, uma Escola Normal, de grau colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1970.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

Dada a localização da sede do Município de Adrianópolis, longe de outros centros de instrução pública, necessário se torna a criação do estabelecimento de ensino preconizado pelo presente plano de lei.

Verifica-se em toda aquela comuna a existência de ponderável população estudantil sequiosa de prosseguir nos estudos, procurando mesmo instrução mais graduada daquela que o curso ginasial pode oferecer.

Além do mais, somente a economia que as famílias ali residentes farão com a criação de tal escola justifica, plenamente a apresentação deste projeto, o qual submetemos à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 244-70

AUTOR: Dep. João Mansur

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, de Grau Colegial, em Adrianópolis.

P A R E C E R

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezeras de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"E da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumenxem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa berr: como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidos aos atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênia aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àque-la que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Expediente: Necessita de apoio. — Apoiado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Lorro — Relator

Cândido M. de Oliveira — Vencido

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 244-70

AUTOR: Dep. João Mansur

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, de grau Colegial, em Adrianópolis.

A R C E R

Parece-nos merecer a aprovação o presente projeto de lei, tratando-se da criação de escolas no interior do Estado, tão carente de colégios.

No tocante a parte financeira, que cabe a esta Comissão opinar, não en-

contramos nenhum impedimento de ordem legal visto ser matéria meramente autorizatória.

Parecer favorável.
Sala das Comissões, em...
(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator
Santos Lima
Fúza Nacli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N. 244-73

AUTOR: Dep. João Mansur
SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal, de grau colegial em Adrianópolis.

PARECER

A presente proposição deve ser aprovada, reconhecendo-se que a pretensão é das mais corretas.

Somos, portanto pela sua aprovação.
Sala das Comissões, em... de 1971

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente, Francisco Escorbin — Relator
Santos Lima, Alvaro Dias e Arizone Araújo.

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 10-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 105-72. — aprova os termos do acordo firmado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, celebrado em 13-10-71, e destinado à realização do censo de recursos humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e das entidades a ela vinculadas. — Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do Acordo firmado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — celebrado em 13 de outubro de 1971 e destinado à realização do Censo de Recursos Humanos do pessoal componente da Secretaria do Estado dos Negócios da Saúde Pública do Estado do Paraná e das entidades a ela vinculadas.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) — Desp. Armando Queiroz — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 105-72

PARECER

I — A presente proposição origina-se da Mensagem n.º 10-72, do Governo do Estado, encaminhando, para fins constitucionais, cópia autêntica do acordo n.º 22-71 celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do Censo de Recursos Humanos do Pessoal componente da Secretaria do Estado dos Negócios da Saúde Pública do Estado do Paraná e das Entidades a ela vinculadas.

II — Trata-se de iniciativa de competência privativa do Senhor Governador do Estado, expressa no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado.

III — Tendo em vista o que dispõe o inciso VII do Art. 22, da Constituição Estadual, cabe a esta Assembléia Legislativa referendar o mencionado acordo, para o que apresentamos Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni
Basilio Zanusso
Maurício Fruct
Luiz Roberto Soares
Cândido Martins de Oliveira
Erondy Silvério

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10-72
PROPOSIÇÃO N.º 105-72

MENSAGEM N.º 10-72

Curitiba, 17 de abril de 1972.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 22-71 celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do Censo de Recursos Humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Estado do Paraná e das entidades a ela vinculadas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — Pedro Viriato Parigot de Souza
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/Capital.

ACORDO N.º 22-71

Térmo de ACORDO celebrado entre a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL — e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969, e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-Lei n.º 301, doravante designado simplesmente "SUDESUL" e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Haroldo Leon Peres, também ao fi-

nal assinado, doravante designado simplesmente "Governo", têm justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: —

O presente Acordo objetiva a realização do Censo de Recursos Humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Estado do Paraná e das entidades a ela vinculadas, tais como o Fundo de Saúde, a Fundação Hospitalar do Paraná e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, de acordo com o plano de aplicação e especificações constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 4270-71, os quais fazem parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

Cláusula Segunda: —

A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordo neste ato com a importância de Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), empenhada sob nos 729, 730 e 731, em 27 de agosto de 1971, cuja despesa correrá à conta do Orçamento-Programa de 1971, classificada como segue: PROGRAMA: Saúde e Saneamento, SUBPROGRAMA: Estudos e Pesquisas; PROJETO: 15.02.1.023 — Estudos e Pesquisas sobre Saúde; PROJETO ESPECÍFICO: Censo de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde Pública, do Fundo de Saúde, da Fundação Hospitalar do Paraná e da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural; CÓDIGO: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros: Cr\$ 68.000,00, 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial: Cr\$ 17.000,00; Total: Cr\$ 85.000,00.

Parágrafo Primeiro:

O pagamento da importância referente à contribuição da "SUDESUL", mencionado nesta Cláusula, será feito de uma só vez, após a assinatura do presente Acordo.

Parágrafo Segundo:

Toda e qualquer despesa que exceder à contribuição da "SUDESUL", na execução do acordado neste ato, correrá por conta do "Governo".

Parágrafo Terceiro:

A importância recebida pelo "Governo" será obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

Parágrafo Quarto:

Após a assinatura do presente Acordo, para o "Governo" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

a) — Cr\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta cruzeiros) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita para "SUDESUL".

b) — Custo da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Quinto:

A prestação de contas do "Governo" será feita dentro do prazo de 9 (nove) meses a contar da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL" referida nesta Cláusula, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

Cláusula Terceira:

O "Governo" compromete-se a concluir o empreendimento, objeto deste Acordo num período de 6 (seis) meses, contados da data do pagamento a que se refere o Parágrafo Primeiro da cláusula anterior.

Parágrafo Único:

O prazo mencionado nesta Cláusula poderá ser prorrogado, no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovada, por solicitação do "Governo" e com o consentimento da "SUDESUL".

Cláusula Quarta:

Cabe à "SUDESUL" participar do Planejamento e da execução do Censo, objeto deste Acordo, e o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o andamento dos serviços do mesmo, independentemente da prestação de contas que o "Governo" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no Parágrafo Quinto da Cláusula Segunda.

Parágrafo Único:

Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através da sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto ao artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula Quinta:

O "Governo", por seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços do pessoal técnico, ou não, aplicado na execução do presente Acordo.

Cláusula Sexta:

Na aquisição de equipamentos ou na execução dos serviços, deverá o "Governo" observar as disposições do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 "usque" 144.

Cláusula Sétima:

O período de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da data do pagamento a que se refere o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda do mesmo.

Cláusula Oitava:

A falta de cumprimento de qualquer das condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acordo. Se o inadimplemento for imputável ao "Governo", este ficará obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

Cláusula Nona:

As partes, de comum acordo, elegem o fóro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (assinatura ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica:, que depois de lido, conferido e achado conforme, foi assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971.

aa) — "SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro — Superintendente.

"GOVERNO" — Doutor Haroldo Leon Peres — Governador do Estado do Paraná.

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 106-72 — aprova o Termo do acordo n.º 23-71, celebrado em 13.10.71, entre o Estado do Para-

na e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde. Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-72
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n.º 23-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.5.72.

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Faulc Camargo — Relator

PROPOSIÇÃO N.º 106-72

Estado do Paraná
Gabinete do Governador
MENSAGEM N.º 11-72 v

Curitiba, 17 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 23-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-72

ACORDO N.º 23-71

Térmo de ACORDO celebrado entre a SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL — e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 676, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melo, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Haroldo Leon Peres, também ao final assinado, doravante designado a celebração do presente ACORDO, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira:

O presente ACORDO visa a realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde", a fim de preparar os recursos humanos para o atendimento dos problemas administrativos na área dos serviços de saúde pelo "Governo", através da Escola de Saúde Pública de sua Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, contando ainda, com a colaboração técnica da "SUDESUL", tudo de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 4271-71, em 12 de julho de 1971, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Segunda:

A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 58.280,00 (cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta cruzeiros), empenhada sob n.º 7.39 e 7.40, em 03 de setembro de 1971, cuja despesa correrá à conta do Orçamento Programa de 1971, classificada como segue: PROGRAMA: Saúde e Saneamento; SUBPROGRAMA: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; PROJETO: 15.03.1.024 — Capacitação de Pessoal para a Saúde; PROJETO ESPECÍFICO: "Curso de Administração de Serviços de Saúde"; ELEMENTOS DE DESPESAS: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 52.650,00; 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 5.630,00; Total Cr\$ 58.280,00.

Parágrafo Primeiro:

O pagamento da importância mencionada nesta cláusula e referente à contribuição da "SUDESUL" será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

Parágrafo Segundo:

Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, à contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "Governo".

Parágrafo Terceiro:

A importância recebida pelo "Governo" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A. em conta vinculada.

Parágrafo Quarto:

Após a assinatura do presente ACORDO, para o "Governo", habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

a) — Cr\$ 582,80 (quinhentos e oitenta e dois cruzeiros e oitenta centavos), para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL";

b) — Custo da publicação do presente ACORDO no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Quinto:

A prestação de contas do "Governo" será feita dentro do prazo de 6 (seis) meses a contar da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL" referida nesta cláusula com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil observando as exigências do Código de Contabilidade Pública acompanhada de demonstrativos balancetes e outras peças próprias tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela

"SUDESUL".

Parágrafo Sexto:

O saldo dos recursos mencionados nesta cláusula porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL" por ocasião da prestação de contas.

Cláusula Terceira:

O "Governo" obriga-se a concluir o Curso de que trata este ACORDO, dentro do prazo de 4 (quatro) meses, contados da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL", mencionada na cláusula anterior.

Parágrafo Único:

O prazo supra referido poderá ser prorrogado no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovada, por solicitação prévia e expressa do "Governo" e com o consentimento da "SUDESUL".

Cláusula Quarta:

O "Governo" em contrapartida do presente ACORDO, compromete-se a arcar com as despesas referentes a taxas e material escolar dos alunos do Curso objeto deste instrumento.

Cláusula Quinta:

O "Governo" compromete-se, ainda, a imprimir em todas as publicações e matérias didáticos que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado à cláusula primeira, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acordo com a SUDESUL", cabendo-lhe também:

a) — Apresentar, independentemente da prestação de contas, relatório técnico ou avaliação dos resultados do Curso, contendo o aproveitamento dos alunos do mesmo, dentro do prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do pagamento referido na cláusula segunda;

b) — Encaminhar à "SUDESUL", juntamente com o Relatório mencionado na alínea anterior, em 2 (duas) vias, os trabalhos de campo efetuados pelos alunos participantes do Curso.

Cláusula Sexta:

Na aquisição de equipamento ou na execução dos Serviços, deverá o "Governo" observar as disposições do Decreto-lei n.º 208, de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 "usque" 144.

Cláusula Sétima:

Na execução do presente ACORDO, o "Governo" dará preferência a equipamentos nacionais, somente utilizando materiais estrangeiros quando inexistentes nacionais.

Parágrafo Único:

O "Governo" pelo seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente

ACORDO

Cláusula Oitava:

Fica assegurado a "SUDESUL" o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o andamento da execução do acordado neste ato, independentemente da prestação de contas que o "Governo" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quinto da cláusula segunda.

Parágrafo Único:

Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através de sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula Nona:

A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "GOVERNO", ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial.

Cláusula Décima:

O período de vigência do presente ACORDO será de 9 (nove) meses, a contar da data do pagamento mencionado no parágrafo primeiro da cláusula segunda deste instrumento.

Cláusula Décima Primeira:

As partes, de comum acordo, elegem o fóro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E, por estarem acordos, mandaram que eu, assinatura ilegível, Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 6 (seis) laudas, por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica: ".....", que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971.

aa) — "SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melo — Superintendente.

"GOVERNO" — Doutor Haroldo Leon Peres — Governador do Estado do Paraná.

Testemunhas:

(duas) 2 assinaturas ilegíveis.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao ilustre Dr. Ismael Fabrício Zanardini, Diretor do Hospital Adauto Botelho. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao jornalista Calil Simão, do jornal "Diário Popular", pela promoção social congregando os mais representativos nomes das sociedades paranaense e paulista. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando sejam enviados ofícios aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e Diretor Presidente da Fundepar, no sentido de serem adotadas medidas necessárias determinando a urgente realização de reparos no Grupo Escolar Gen. Rabelo, em Rio Negro. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao Diretor Presidente da Fundepar, no sentido que determine a construção de uma sala de aula em Queimado das Campinas, Município de Piên. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de louvor pelo transcurso dos 21 anos de fundação da Escola de Oficiais Especializados e de Infantaria de Guarda de Curitiba. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaninhado apeio ao Senhor Secretário do Governo, no sentido de que determine a restauração do mapa em relevo, existente nas dependências do Palácio Iguaçu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do benquista e qualificado jornalista Eolo Cesar de Oliveira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao atual Sr. Secretário Geral da Receita Federal, pela honrosa e merecida investidura em tão elevado posto. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Diretor Presidente da Saneapar, pelo zelo e dedicação com que dirige uma das mais importantes empresas de nosso Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Xenofonte Villanueva, Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando sejam abonadas as suas faltas às sessões dos dias 3, 6, 7, 8, 9 e 10 do corrente mês. — A consideração do Sr. 1.º Secretário.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ilustre homem de rádio e imprensa Eolo Cesar de Oliveira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Eolo Cesar de Oliveira, integrante do quadro de redatores do jornal "Gazeta do Povo", desta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 83-72. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei ns: 202-69, 152-70, 197-71, 291-71, 285-71 e dos Projetos de Resolução ns: 6-72, 7-72, 8-72.
Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do sr. dep. Candido M.M. de Oliveira, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o sr. dep. Alvaro Dias apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 202-69 — autor sr. dep. Seme Scaff, que cria na cidade de Grandes Rios, o Ginásio Estadual denominado "Ivone Pimentel". PROJETO DE LEI N. 152-70 — autor sr. dep. Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a criar em Paranavai, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial, sob regime de Fundação. PROJETO DE LEI N. 197-71 — autor sr. dep. Wilson Brandão, que considera de utilidade pública, o Núcleo de Maringá da Legião da Boa Vontade. PROJETO DE LEI N. 284-71 — autor sr. dep. Erondy Silvério, que denomina Centro Cívico Min. Bento Munhoz da Rocha, o atual conjunto arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes, e demais edifícios públicos que nele se englobam ou venham a se avizinhar. PROJETO DE LEI N. 285-71 — autor sr. dep. Erondy Silvério, que outorga o Título de Cidadão Benemérito ao Prof. Bento Munhoz da Rocha. PROJETO DE LEI N. 291-71 — autor sr. dep. digo Poder Executivo — Mensagem 43-71, encaminhando anteprojeto que altera a redação de diversos dispositivos da Lei n. 2.375, de 22.2.55. PROJETO DE LEI N. 50-72 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 18-72, encaminhando anteprojeto de lei que institui a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR, com sede e foro em Londrina e vinculada à Secretaria de Agricultura. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 6-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado entre o Inst. Brasileira do Café — GERCA e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná. PROJETO DE RESOLUÇÃO 7-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça — Mensagem 47-71, encaminhando cópia autêntica do convênio de ajuda financeira celebrado em 11.5.71, entre o Estado do Paraná, através a Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura de Piraquara. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 8-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 1.10.71, entre o Inst. Nacional de Reforma Agrária e o Dep. de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos de obras de eletrificação no Paraná. APROVADAS — Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.
aa) CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LÉLIO GUIMARAES SOTTO-MAIOR — Secretário

PROJETO DE LEI N. 202-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar através da Secretaria de Educação e Cultura, um Ginásio Estadual no Município de Grandes Rios, para funcionar a partir do próximo ano letivo denominado Ivone Pimentel.

Art. 2.º — O Chefe do Poder Executivo baixará ato para ocorrer com as despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7/06/72.
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE LEI N. 152-70 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Poder Executivo fica autorizado a criar na cidade de Paranavai, sob o regime de Fundação, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial.

Art. 2.º — A Escola se constituirá de um Ginásio Técnico Industrial e de cursos de aprendizagem que mais correspondam as necessidades do mercado de mão-de-obra especializada.

Parágrafo único — O curso ginásial técnico industrial terá a duração de 4 (quatro) anos e os cursos de aprendizagem de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 3.º — O ginásio e os cursos de que tratam esta Lei, poderão ser feitos mediante o regime de internato, semi-internato e externato, com a supervisão da Fundação Paranaense de Assistência Social.

Art. 4.º — O regime financeiro e didático da Escola serão fixados de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentada pelo Poder Executivo e Regimento Interno.

Art. 5.º — O Poder Executivo baixará os atos que forem necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7/06/72.
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE LEI N. 197-71 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar como de utilidade pública, o Núcleo de Maringá da Legião da Boa Vontade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7/06/72.
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE LEI N. 284-71 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado de Centro Cívico Governador Munhoz da Rocha, o conjunto arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou vierem a se avizinhar.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7/06/72.
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE LEI N. 285-71 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica outorgado o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto.

Art. 2.º — Revogar-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7/06/72.
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE LEI N. 291-71 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 1.º, a alínea "a" do art. 4.º 4.º, a alínea "a" do art. 5.º e o § 1.º do art. 6.º, da Lei n. 2.375, de 22 de março de 1.955, passam a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — Fica criado no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas o Fundo de Produção e Pesquisas

Fundo 4.º ...
a) — Na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e material de consumo, instalações destinadas à utilização de produtos bioterápicos, quimioterápicos e produtos químicos, pesquisas e investigações e trabalhos experimentais ou científicos

Fundo 5.º ...
a) — Chefes das quatro Divisões Técnicas do I.B.P.T. (Agrônoma, Veterinária, Química e Bioquímica;

Fundo 6.º ...
§ 1.º — Para cumprir o disposto na alínea c, deverá ser elaborado e submetido à aprovação do Secretário da Agricultura um plano anual de desenvolvimento e trabalho do Fundo de Produção e Pesquisas

Art. 2.º — Aos artigos 3.º e 6.º, da Lei n. 2.375, de 22 de março de 1.955, ficam acrescentados, respectivamente, a alínea "e" e o § 2.º, com a seguinte redação:

Art. 3.º ...
e) — As rendas industrial e eventual do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas;

Fundo 6.º ...
§ 2.º — Compete ao Secretário da Agricultura dar ciência ao Governador do Estado do plano de desenvolvimento e trabalho do Fundo de Produção e Pesquisas.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional até o limite de Cr\$ 844.038,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil e trinta e oito cruzeiros), para atender despesas com a aplicação da presente Lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 9.º da Lei n. 2.375, de 22 março de 1.955 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7/06/72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE LEI N. 50-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto Agronômico do Paraná (Fundação — IAPAR), com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, sede e fora na cidade de Londrina, neste Estado, tendo como finalidade básica a pesquisa tecnológica, a formação e treinamento de pessoal especializado, para o desenvolvimento da Agricultura.

Parágrafo único — Para melhor atender e cumprir esses objetivos, poderão integrar a Fundação, mediante relação jurídica adequada, estações experimentais vinculadas à Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — O patrimônio da Fundação é constituído pelo acervo do atual Instituto Agronômico do Paraná — (IAPAR), criado pela Lei n. 6.061, de 16 de dezembro de 1.969, compreendendo terrenos, co modificações e benfeitorias, situados em Londrina, totalizando mais ou menos 254,90 hectares, no valor aproximado de Cr\$ 1.290.410,00.

§ 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a doação à Fundação dos imóveis referidos neste artigo.

§ 2.º — Serão incorporados ao patrimônio inicial os bens móveis e imóveis que forem adquiridos pela Fundação ou que lhe forem destinados por doação ou legado.

§ 3.º — Além dos recursos derivados do seu patrimônio, constituirão receita da Fundação:

Art. 3.º — Além dos recursos derivados do seu patrimônio constituirão receita da Fundação:

I — crédito especial no montante de Cr\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzeiros), para atender as despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro;

II — dotações orçamentárias fixadas, anualmente no Orçamento Geral do Estado;

III — empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas;

IV — doações e legados;

V — recursos provenientes de convênio já celebrado entre o Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café (GERCA) para fins de auxílio à implantação do Instituto Agronômico do Paraná, ou de outros convênios que venham a ser celebrados entre a Fundação e organismos que se proponham ao financiamento de programas de pesquisas e de estudos no campo da agronomia, principalmente, com o Instituto Brasileiro do Café.

VI — rendas resultantes da prestação de serviços e outras que venham a Fundação auferir.

Art. 4.º — São órgãos da Fundação:

- Conselho Deliberativo
- Conselho Curador
- Diretoria Executiva

Art. 5.º — O Conselho Deliberativo, órgão de supervisão administrativa, será constituído dos seguintes membros:

I — do Secretário da Agricultura, seu Presidente nato;

II — do Diretor Presidente da Fundação;

III — de representantes da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura, do Instituto Brasileiro do Café da Fundação do Museu do Café, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, das Universidades paranaenses que ministrem cursos de agronomia ou engenharia agrônoma e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

§ 1.º — Os representantes, após sua indicação, em lista triplíce, serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2.º — O mandato dos membros do Conselho será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 6.º — O Conselho Curador, órgão de controle financeiro e patrimonial, será constituído de 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes, todos designados pelo Governador do Estado, escolhidos em lista triplíce a ser preparada pelo Secretário da Agricultura, devendo, pelo menos, dois deles ser contadores ou técnicos em contabilidade.

Parágrafo único. — O mandato dos Curadores será de 3 (três) anos admitida a recondução.

Art. 7.º — A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor Presidente e de um Secretário Geral, ambos nomeados pelo Governador do Estado, com mandatos de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1.º — O Diretor Presidente deverá ser escolhido dentre diplomados em curso de Agronomia.

§ 2.º — O Diretor Presidente e o Secretário Geral perceberão remuneração mensal que será fixada anualmente, por ato do Governador e, se pertencerem ao quadro de servidores do Estado, deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo e a percepção da remuneração na forma deste parágrafo.

§ 3.º — Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído pelo Secretário Geral.

Art. 8.º — A Fundação contará, ainda, com um Conselho Técnico e Científico, Comissões Técnicas e Assessorias, a serem constituídas na forma indicada pelo Estatuto.

Art. 9.º — O pessoal técnico e administrativo, de acordo com o quadro geral a ser estruturado pela Fundação, será contratado segundo as leis trabalhistas em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e em consonância com as disposições do Estatuto da Fundação.

§ 1.º — Será exigido concurso de títulos e ou de provas para o ingresso do pessoal de que trata este artigo.

§ 2.º — Atendida à exigência do parágrafo anterior, servidores da ad-

ministração estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo remuneração exclusivamente por uma delas, com todas as vantagens da Lei.

Art. 10. — Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir, na Secretaria da Agricultura, o Instituto Agronômico do Paraná, criado pela Lei n.º 6.061, de 16 de dezembro de 1.969, tão logo esteja instalada e em funcionamento a Fundação.

Art. 11. — O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 12. — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 13. — Os bens imóveis havidos pela Fundação só poderão ser alienados mediante autorização legislativa.

Art. 14. — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 15. — A Fundação prestará contas globais por exercício, encerrado, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 16. — Para a execução do disposto no inciso I do artigo 3.º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no montante de Cr\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzeiros), mediante o cancelamento de igual importância de dotações constantes do Orçamento Geral do Estado em vigor.

Art. 17. — A Fundação encaminhará, anualmente, ao Governador do Estado, relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do Balanço do respectivo exercício.

Art. 18. — Os recursos remanescentes do convênio celebrado em 29 de julho de 1.970, entre o Instituto Brasileiro do Café através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, constituem receita da Fundação, nos termos do art. 3.º inciso IV, desta Lei.

Art. 19. — Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 7/06/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 6-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o convenio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através de seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7/06/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 7-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convenio de Ajuda Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara, em 11 de maio de 1.971, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), destinado à aplicação no setor do ensino da região.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7/06/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 8-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convenio celebrado em 1.º de outubro de 1.971, entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
A. MACIEL FILHO
Relatores

COMISSÃO DE TURISMO

7.ª LEGISLATURA — 1.ª. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.ª REUNIÃO

Aos vinte e dois dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e dois, as quatorze horas reuniu-se a Comissão de TURISMO sob a Presidência do deputado Xenofonte Vilanova e presente os deputados Jorge Sato, Marciano Baraniuk e Sebastião Rodrigues. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos dizendo que esta Casa deveria ter uma maior participação nos problemas turísticos de nosso Estado, por intermédio desta Comissão e que a mesma não tem merecido por parte da EMBRATUR a importância que lhe é devida. Esclarece que chegou ao seu conhecimento a realização em Brasília de uma Reunião Oficial de Turismo do País nos próximos dias cinco seis, sete, oito e nove do mês vindouro e que esta Comissão não foi convidada a participar e ao mesmo tempo propõe que seja consultada a Comissão Executiva da Casa, através de Ofício, para que a mesma veja a possibilidade de enviar três representantes desta Casa àquele

conclave, no que é apoiado pelos presentes. Solicita que seja também ao BADEP um Ofício para que aquele órgão envie a esta Casa, cópia do plano de turismo elaborado para Foz do Iguaçu no exercício de 1968. Apoiado pelos presentes. Solicita também que seja oficiado à EMBRATUR, pedindo informações sobre se foi ou não realizado um convênio com o BID, para estudo do aproveitamento turístico de Foz do Iguaçu no valor de 100 mil dólares, esclarecendo no referido Ofício que a informação presente é originária de notícias publicadas na imprensa de Buenos Aires o ano passado e na qual se referia ao BID noticiando que o mesmo estava executando o referido convênio de maneira idêntica ao que já fora proposto ao Governo Argentino. Aprovado pelos presentes. Continuando o Senhor Presidente, solicita que seja enviado um Ofício ao IBDF, pedindo informações e dados sobre os trabalhos a serem executados nas Cataratas de Foz do Iguaçu, para melhoria das condições turísticas daquele lugar. Aprovado. Prosseguindo, o Presidente solicita aos presentes que se pronunciem e apresentem sugestões. Usando da palavra o deputado Jorge Sato congratula-se pela iniciativa do deputado Xenofonte Villanueva de dar um maior movimento à Comissão de Turismo desta Casa, pois até a presente data a mesma não apresentou matéria, nem movimento, nem assunto, notando que o atual Presidente está mostrando interesse em incentivar o turismo do Paraná e principalmente de Foz do Iguaçu. Sugere que se oficie ao Presidente da Casa, solicitando uma Comissão de Deputados para visitarem Foz do Iguaçu para in loco sentirem as necessidades e as possibilidades daquele lugar de tão grande potencial turístico nacional, antes da realização do encontro em Brasília. O deputado Marciaro Baraniuk usando da palavra, diz que recentemente teve notícias de que existe anteprojeto mudando os feriados que caem durante a semana para as segundas-feiras, justamente com o intuito de incrementar o turismo em nosso País e o Presidente da Comissão diz que esta Comissão poderia procurar saber com maiores detalhes e pronunciar-se dando apoio a tal iniciativa. Em prosseguimento o Presidente comunica que tomou conhecimento de uma ocorrência que reputa de certa gravidade, qual seja a da construção de um chiqueiro de porcos na rodovia que demanda a Foz do Iguaçu e solicita seja enviado um Ofício ao DNER pedindo informações se a construção recebeu aprovação daquele departamento e se o mesmo tem condições de proibir tal tipo de construção, especialmente no caso presente por situar-se ao lado de um Hotel de Turismo (Hotel San Martin). Aprovado. O Presidente solicita dos companheiros, a necessidade de ser elaborado por esta Comissão um anteprojeto para a criação de uma Sociedade de Economia Mista, da qual participariam o Estado através da Paranatur, o município de Foz do Iguaçu e os Hotéis de Turismo ali existentes, a fim de ser construído e explorado um Pavilhão para realização de Convenções Nacionais, com a capacidade de abrigar mil pessoas, pois Foz do Iguaçu possui uma situação privilegiada para realização de tais Convenções. Aprovado. O Presidente solicita o envio de um Ofício ao Superintendente da Paranatur, para que o mesmo informe a esta Casa, sobre as teses que serão apresentadas por aquela empresa na defesa dos interesses turísticos de nosso Estado na próxima Reunião de Turismo que realizar-se-á em Brasília no mês de junho vindouro. A reunião foi encerrada e eu Maria Stella A. Gurgel, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente da Comissão e por mim Secretária.

Em Curitiba, 22 de maio de 1972.

aa) XENOFONTE VILLANUEVA — Presidente
MARIA STELLA A. GURGEL — Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA ATA DA 2a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7a. LEGISLATURA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões com a presença do senhor Secretário de Educação e Cultura, dr. Roberto Linhares da Costa, que compareceu acompanhado dos presidentes das comissões de concurso do ensino médio e primário, professora Maria Batista Galvão e professor Osvaldo Portella e ainda do professor Ozias Feiges, membro da Comissão de Concurso do Ensino Primário. A convocação ao senhor Secretário de Educação e Cultura, foi feita pela Comissão de Instrução Pública a requerimento do senhor deputado Cândido Martins de Oliveira, para que fossem debatidos os seguintes assuntos: 1 — Nomeação de Professores Concursados do Ensino Médio e Ensino Primário; 2 — Número de vagas existentes no Quadro; 3 — Reformulação do Estatuto do Magistério; 4 — Critérios adotados pela SEC para a designação de Inspectores de Ensino e Diretores de Estabelecimentos; 5 — Convênios assinados entre a SEC e o Ministério de Educação e Cultura. Achavam-se presentes a reunião os seguintes membros da Comissão de Instrução Pública: Deputado Antônio Lopes Júnior, Deputado Cândido Martins de Oliveira e Deputado Santos Lima. Assistiram a presente reunião os seguintes senhores deputados: deputado Wilson Fortes, deputado Ivo Thomazoni, deputado Arthur de Souza, deputado Paulo Camargo, deputado Jorge Sato, deputado Marciano Baraniuk, deputado Rosário Pitelli, deputado Pinto Dias, deputado Sebastião Rodrigues, deputado Antônio Belinati, deputado Domício Scaramella, deputado Maurício Fruct, deputado Lázaro Dumort e deputado Hélio Manfrinato. Havendo número legal, o senhor Presidente, declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor deputado Cândido Martins de Oliveira, para debater o primeiro item. Todos os debates da presente reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

aa) ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária

COMISSÃO DE POLÍCIA

7a. LEGISLATURA ATA DA 2a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de hum mil e novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Poli, Aginaldo Pereira Lima, Wilson Brandão, Antônio Maciel e Antônio Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, sendo relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 264-69 — De autoria do Senhor Deputado Fuad Nacii, que cria uma Circunscrição de Trânsito no município de Bandeirantes, com jurisdição em municípios que especifica. Relator: Deputado Paulo Poli. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 154-70 — De autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Francisco Beltrão, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator: Deputado Antônio Maciel. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 58-11 — De autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que dispõe sobre a credenciação, pelo DETRAN, de entidades para a realização de exames psicotécnicos. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 122-71 — De autoria do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que cria uma Circunscrição de Trânsito no município de Colorado, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator: Deputado Paulo Poli. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 123-71 — De autoria do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que cria uma circunscrição de trânsito no município de Astorga, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 157-71 — De autoria do Senhor Deputado João Mansur, que cria um Distrito Rodoviário no município de Laranjeiras do Sul, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator: Deputado Antônio Maciel. Parecer: Pelo conhecimento, por se tratar de matéria estranha à competência da Comissão de Polícia; e pela devolução do processo à Comissão Executiva, para os devidos fins. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 186-71 — De autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo a construir uma cadeia pública e uma Delegacia de Polícia na sede do município de Guaraniaçu. Relator: Deputado Paulo Poli. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 220-71 — De autoria do Senhor Deputado, digo do Poder Executivo, Mensagem n. 23-71, que cria no Quadro Único do Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica. Relator: Deputado Paulo Poli. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 267-71 — De autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar um veículo "jeep", à Delegacia de Polícia da cidade de Guaraniaçu. Relator: Deputado Antônio Maciel. Parecer: contrário, face a rejeição proposta pela dita Comissão de Constituição e Justiça que apontou-lhe visos de ilegalidade. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA — Presidente
FRANCISCO ACCIOLY R. DA COSTA NETO — Secretário

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ATA DA 1a. REUNIÃO ORDINÁRIA 2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7a. LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Arizone M. Araújo, Gabriel Manoel e Cândido M. Oliveira. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N. 145-71 — De autoria do senhor deputado Fuad Nacii, que cria uma escola Normal Colegial Estadual no município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1.972. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 69-71 — De autoria do senhor deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar um ginásio estadual no distrito de "Três Barras", município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1.972. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável com emenda. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 175-71 — De autoria do senhor deputado Wilson Brandão, que cria um colégio comercial, na sede do município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 163-71 — De autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo, construir um Ginásio Estadual em Santa Maria, município de Pitanga e dá outras providências. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: favorável com emenda. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 130-71 — De autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual no município de Quitandinha, para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável com emenda. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária